



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C O R D Ã O Nº 402

**Feito** : Processo Nº537/91-TCE/ACRE

**Relator** : **Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

**Assunto** : **CONVÊNIOS firmados entre a SEPLAN e a PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURÍ.**

**CONVÊNIOS firmados entre o Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Prefeitura Municipal de Xapurí.**

**Prestação de Contas consideradas irregulares, bem como, as despesas delas decorrentes.**

**Oficiar os Senhores Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº537/91-TCE/ACRE**, supra mencionado, **A C O R D A M**, à unanimidade, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, que votou, no sentido de que esta Egrégia Corte de Contas considerasse **irregulares** as prestações de contas dos **Convênios Nºs 45/90, 082/90, 081/90, 077/90, 053/90, 049/90 e 020/90** e as despesas deles decorrentes, oficiando-se aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Presidente de Augusta Assembleia Legislativa, para as medidas cabíveis, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros **Isndrd Barros Barbosa Leite e Hélio Saraiva de Freitas**, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Corte de Contas. ....

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.**

**Rio Branco, 27 de maio de 1993.**

**Cons. ALCIDES DUTRA DE LIMA**  
**Presidente, em exercício**

**Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
**Relator**

**Fui presente,**

**FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE**

**Procurador-Chefe do Ministério Público Especial**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6.055

de 23 / 06 / 93

*Frilley*

Secretária do Plenário



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 537/91

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIÃ

ASSUNTO : Convênios de 1990, celebrados entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Prefeitura Municipal de Xapurí-AC.

### RELATÓRIO:

O presente processo trata da inspeção levada a efeito aos convênios de 1990, ajustados entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Prefeitura Municipal de Xapurí, que foram representados, na época, pelo Prefeito Juarez Ribeiro Maciel Filho, convênios estes analisados pelo Técnico deste TCE, Rosalvo Moura de Souza.

A inspeção objeto do processo em pauta foi autorizada por unanimidade na sessão ordinária do dia 16 de maio de 1991.

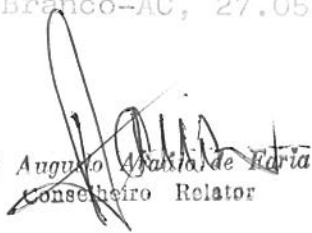
O Técnico já mencionado apresentou relatório de fls. 29/34, onde é pedido que seja a SEPLAN notificada das irregularidades.

Opinou ainda no processo o Dr. Mário Izídio dos Santos, Ass. Téc. Jurídico-TCE-AC, que diz serem manifestas as irregularidades.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação foi notificada pelo TCE-AC/GP/OF/Nº 751/92, doc. de fl. 46. Os doc. de fls. 47/54, mostram evidências da negligência e a falta de respeito pelos negócios públicos tratados pelo Sr. Prefeito daquele Município, à época.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 27.05.93.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE  
(PROCESSO: 537/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

Em virtude das ocorrências apontadas no relatório, assim se pronunciou o Conselheiro Relator:

Sr. Presidente,

Considerando a não prestação de contas dos Convênios nºs 045/90, 082/90, 081/90, 077/90, 049/90, 050/90;

Considerando, ainda, as irregularidades apontadas no Convênio 020/90 e as provas colhidas e inseridas no presente processo, requeiro a V. Exa. determinar a citação do Sr. Juarez Ribeiro Maciel Filho, Prefeito Municipal de Xapurí e Ordenador de Despesa, para, querendo, e no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa dos atos praticados e apurados no processo em pauta, sob pena de revelia e responsabilidade, com vista dos autos na Secretaria das Sessões deste TCE.

O MANDADO foi expedido e dele teve ciência o Sr. Juarez Ribeiro Maciel Filho, em 13.01.93.

Acreditamos que a prestação de contas do exercício de 1990 não foi aprovada. Entendemos que, aprovadas as contas, o Prefeito está quitado das despesas efetivadas e liberado de responsabilidade administrativa ou político-administrativa a elas relativa, mas não fica exonerado de responsabilidade civil ou criminal por atos funcionais praticados naquele exercício financeiro, porque tais julgamentos são da exclusiva competência do Poder Judiciário.

O Tribunal de Contas, amparado por dispositivo constitucional, poderá realizar, a qualquer tempo, inspeções e verificações de despesa tanto da Câmara como da Prefeitura.

A não prestação de contas dos convênios já citados nos aponta indícios de crime de ação pública, podendo o processo ser examinado pelo Ministério Público.

O Sr. Juarez Ribeiro Maciel Filho, ex-Prefeito do Município de Xapurí, citado através do instrumento próprio, doc. de fl. 56, do qual teve ciência no dia 13 de janeiro de 1993 e que até a presente data não apresentou defesa das irregularidades por atos praticados e apurados neste



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Parecer 537

Fl. 2

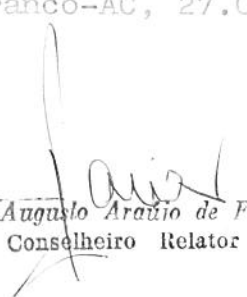
ção de contas dos convênios de números 045/90, 081/90, 077/90, 053/90, 049/90 e ainda sobre as irregularidades contidas no Convênio nº 020/90.

Ante ao exposto, VOTO:

Tendo em vista as conclusões do Técnico Rosalvo de Souza e do Ass. Téc. Jurídico Dr. Mário Izídio dos Santos, o parecer do Ministério Público Especial através do seu Procurador-Chefe Dr. Fernando de Oliveira Conde e o exame procedido pelo Relator, voto no sentido de que esta Egrégia Corte de Contas considere irregulares as prestações de contas dos Convênios nºs 045/90, 082/90, 081/90, 077/90, 053/90, 049/90 e 020/90 e as despesas deles decorrentes, e que se comunique ao Governo do Estado e Assembléia Legislativa de todo o apurado, para as medidas legais cabíveis, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas.

É como Voto.

Rio Branco-AC, 27.05.93.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator